

INTERTEXTUALIDADES, HETEROGENEIDADES E REFERENCIAÇÃO

INTERTEXTUALITY, HETEROGENEITY, AND REFERENTIATION

*Mônica Magalhães Cavalcante**

*Mariza Angélica Paiva Brito***

Resumo: *Pressupomos, neste trabalho, uma noção stricto sensu de intertextualidade, aquela que, segundo Koch, Bentes & Cavalcante (2007), é identificável e delimitável pelas marcas do intertexto. Todavia, o que concebemos como intertexto suplanta aspectos apenas de natureza léxico-semântica, sintática, por contemplar critérios ligados ao gênero, a traços superestruturais e estilísticos. Além disso, os critérios formais apresentam, para nós, um correlato funcional, que, em última medida, é o que motiva o apelo à intertextualidade. Focalizamos, aqui, os fenômenos da intertextualidade estrita e das heterogeneidades enunciativas (AUTHIER-REVUZ, 1990; 2004), aos quais estão intimamente relacionados os processos referenciais, que, muitas*

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará; coordenadora do grupo de pesquisa PROTEXTO e do Encontro Internacional de Texto e Cultura - 2008. E-mail: monicamc02@gmail.com.

** Professora e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC; psicanalista e membro do Grupo de pesquisa PROTEXTO da UFC, bolsista do CNPq. E-mail: marizabrito02@gmail.com.

vezes, colaboram para a efetivação das heterogeneidades, dentre elas, as intertextualidades.

Palavras chave: *intertextualidade; heterogeneidade enunciativa; interdiscursividade; referenciação.*

Introdução

Argumentamos em favor de uma marcação dos casos de intertextualidade por copresença e por derivação, tal como definidos por Genette (1982) e discutidos por Piègay-Gros (1996), e examinamos se os processos de introdução referencial, de anáfora e de dêixis são ou não importantes para a assinalação de todos os tipos de intertextualidade.

A intertextualidade por copresença apresenta-se numa escalaridade (para cuja mensuração nunca se apontou critérios rigorosos), que varia do mais alto grau de explicitude, quando é indicada por um código tipográfico, passando por graus medianos, como nas menções a títulos de obras, a autores, a trechos não-aspeados nem italicizados, até chegar àquilo que os autores consideram como o mais completo grau de implicitude, quando apenas se alude a outro texto.

Consoante Piègay-Gros, competiria exclusivamente ao leitor perceber e evidenciar a intertextualidade por copresença implícita, mas é necessário ter em conta que é exatamente por alguma espécie de marca contextual que o leitor aciona conhecimentos culturalmente partilhados e reconhece o intertexto. Por outro lado, as intertextualidades por derivação não costumam ser descritas por esse parâmetro, mas pelo tipo de transformação ou de imitação que operam no texto original. É justamente pela consideração dos tipos de derivação que a definição deste fenómeno não pode ser restringida à ideia de que o intertexto se constrói apenas pela inserção de um texto em outro.

1 Nas bordas da fronteira entre intertextualidade, dialogismo e heterogeneidade

Começamos por esclarecer que, enquanto as noções de dialogismo e de heterogeneidade enunciativa são constitutivas da linguagem, a concepção estrita de intertextualidade com que operamos em nossas análises não o é. Toda intertextualidade supõe o carácter dialógico de todo discurso e o atravessamento de vozes

que representam diferentes lugares sociais que se estabilizam e se desestabilizam durante as interações. Mas a recíproca não é verdadeira: nem tudo o que é dialógico e heterogêneo constitui, necessariamente, um intertexto com suas marcas, reconhecíveis para uns, e nem sempre para outros.

1.1 O dialogismo e o outro bakhtiniano

Authier-Revuz (1982), ao propor a heterogeneidade constitutiva da linguagem, articula este conceito à noção de dialogismo bakhtiniano, focalizando, de modo especial, o lugar que o autor confere ao *outro* no discurso. Segundo a autora, por trás de uma aparente linearidade, da emissão ilusória de uma só voz, outras vozes ecoam. O diferencial entre a noção bakhtiniana e a proposta por Authier-Revuz está relacionado à incorporação, por parte desta última, da psicanálise freudolacanianana – e da concepção de inconsciente – em seu escopo teórico. Interessa à autora a abordagem em torno de um sujeito estruturalmente clivado pelo inconsciente, por outras vozes, diferentes das vozes do “outro de Bakhtin”:

O outro de Bakhtin, aquele dos outros discursos, o outro-interlocutor, pertence ao campo do discurso, do sentido construído, por mais contraditório que seja, em discurso, com palavras “carregadas de história”; o Outro do inconsciente, do imprevisto do sentido, de um sentido “desconstruído” no funcionamento autônomo do significante, o Outro que abre uma outra heterogeneidade no discurso – *de uma outra natureza* – que não aquela que estrutura o campo do discurso para Bakhtin, está ausente do horizonte deste. Há aí uma radical heterogeneidade, que parece ser recusada, nessa teoria da heterogeneidade que quer ser dialogismo. (AUTHIER-REVUZ, 1982, p.43)

Assim como o dialogismo é constitutivo da linguagem, para alguns autores, como Kristeva (1974), a intertextualidade também o é. Mas este sentido de intertextualidade é tão elástico que dispensaria a identificação de marcas intertextuais, uma vez que, para a autora (p. 60), “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto”. Esta é a razão principal para preferirmos operar com um conceito mais específico de intertextualidade, que, mesmo assim caracterizado, ainda não coincide, necessariamente, com a noção de heterogeneidade enunciativa.

Na teoria bakhtiniana, é dada a possibilidade da ancoragem necessária da heterogeneidade do locutor e do discurso. O dialogismo bakhtiniano faz da interação

com o discurso do outro o princípio constitutivo de qualquer discurso. Authier-Revuz toma esse princípio em duas diferentes acepções: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos, referidos, respectivamente pela autora, como “interação” e “discursividade” (1982, p.140).

Vale frisar que nem na primeira acepção o dialogismo se reduz ao diálogo face a face, pois o que Bakhtin propõe é uma teoria da dialogização interna do discurso. Na concepção do autor, a comunicação é muito mais que a transmissão de mensagens. O discurso não é nunca individual, pois, durante a interação, não importa de que tipo seja, em cada enunciado, em cada palavra, ressoam duas vozes, a do eu e a do outro.

A segunda concepção à qual Authier-Revuz (1982) recorre é a de diálogo entre discursos. Para Bakhtin, o discurso não se constrói a não ser pelo atravessamento de uma variedade de discursos, as palavras sendo já habitadas por outras ressonâncias. Qualquer discurso se orienta para o já-dito, para o conhecido, para posicionamentos diversos. Este aspecto do dialogismo bakhtiniano já converge para a noção correlata de interdiscursividade. Devemos salientar que intertextualidade e interdiscursividade se interpenetram: todo intertexto é interdiscursivo, se aceitarmos o pressuposto de que a interdiscursividade é um traço presente em qualquer enunciado (é, portanto, constitutiva de todo discurso). Porém, nem toda indiscursividade é, necessariamente, intertextual em sentido estrito.

Bakhtin (2000) afirma ainda que todo discurso está também imediata e diretamente determinado pela *resposta antecipada*, uma vez que, ao se constituir na esfera do já-dito, ele se orienta tanto para o espaço interdiscursivo como para o discurso-resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir, sendo já esperado.

Embora Bakhtin tenha se dedicado aos estudos dos efeitos estilísticos engendrados no discurso literário, pela relação dialógica, não deixa de assinalar que o fenômeno do dialogismo, em maior ou menor grau, encontra-se manifesto em todas as esferas do discurso vivo: “um enunciado é um elo de uma cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2000 [1953], p. 291). Todo texto dialoga com um ou mais textos, que se enquadram em gêneros específicos, daí poder-se comprovar as manifestações do dialogismo também pela relação constitutiva entre os gêneros do discurso, em diversificados conjuntos a que Fairclough (2001) denominou de *cadeias de gêneros*.

Enquanto a preocupação de Bakhtin (2000) se volta para questões ideológicas, com o fito de salientar que não há palavras neutras, pois todas as palavras estão fatalmente carregadas, atravessadas pela alteridade, nosso intuito, dentro da Linguística de Texto, é deixar subjacente tais ligações interdiscursivas, convocando-as quando necessário, e focalizar os elos intertextuais, em geral intencionalmente postos, mas, sempre, de todo modo, formalmente marcados e destinados a cumprir funções discursivas. Eis por que, para nós, toda intertextualidade, inclusive a que se dá entre gêneros, é, por definição, *dialógica* e também *heterogênea*, no sentido de Authier-Revuz (1982), mas nem todo dialogismo, assim como nem toda heterogeneidade enunciativa, é, obrigatoriamente, *intertextual*, na delimitação que estamos dando a este termo. Um caso de heterogeneidade sem intertextualidade poderia ser exemplificado por:

(1) Lula “contra” o fumo

Depois de semanas sendo pressionado, Lula se comprometeu na quinta-feira, numa conversa com o ministro José Gomes Temporão, a mandar para o Congresso o projeto que veta o fumo em lugares fechados e, portanto, acaba com os fumódromos. Lula avisou que é a Casa Civil botar o projeto em sua mesa para que ele o assinasse. O tema era delicado no Planalto, mas terminou sendo atropelado pela politicamente incorreta entrevista em que o fumante Lula disse que na sala dele ele mandava, por isso fumaria sempre que quisesse. (Veja – 8/10/2008)

Vemos, no exemplo, o que Authier-Revuz (2004) denominou de *aspas de questionamento ofensivo*, que remetem a um sujeito-enunciador coagido a empregar uma palavra, forçado pelo contexto, pela presença de um outro sujeito-enunciador, pelo contexto imediato e por outras razões de ordem discursiva ou social. No caso, o jornalista emprega aspas em *Lula “contra” o fumo*, uma vez que, na condição sócio-histórica em foi elaborada a nota, o presidente, sendo fumante, teria que aprovar um projeto que vetaria o fumo em lugares fechados. As aspas como marca de heterogeneidade apresentam-se como uma reação a uma situação em que o discurso do enunciador é dominado pelo exterior, pelo interdito, pelo interdiscurso, mas, ao mesmo tempo, o sujeito “pode defender-se com essas aspas, que são de reação ofensiva em uma situação dominada” (p. 225). Desta forma, temos na expressão aspeada um caso de heterogeneidade, mas não de intertextualidade.

A reflexão acerca do dialogismo extrapola o âmbito do estudo das formas e dos gêneros literários, tendo muito a dizer às teorias do discurso e do sentido. Consoante Authier-Revuz (1982), esse conceito faz da interação com o discurso do outro a *lei constitutiva* de todo discurso. Esse outro a que Bakhtin se refere não é nem o duplo de uma comunicação face a face, nem o diferente, mas é aquele outro que *atravessa constitutivamente o um*, aquele que representa uma voz identificada a ideologias.

1.1.1 O Outro e o outro

O outro de Bakhtin é eminentemente oposto ao outro concebido pela psicanálise (ver, sobre isso, BRITO, 2010). A psicanálise é trazida para o escopo teórico de Authier-Revuz sob o argumento de que o enunciado é fundamentalmente heterogêneo e de que o sujeito é dividido, clivado, em sua estrutura. Conforme Teixeira (2005), a palavra, supostamente capaz de carregar em si uma intenção consciente que possibilita a comunicação efetiva, frequentemente erra o alvo, tropeçando, falhando, de modo a quebrar a continuidade lógica do pensamento e dos comportamentos da vida cotidiana. Essas falhas, geralmente atribuídas ao acaso, estabelecem rupturas no discurso, levando o falante a interromper o fluxo normal da conversa para pedir desculpas, tentar reformular, apagar ou diluir seus efeitos.

Esses desvios são nomeados por Freud (1993a, 1993b) de *atos falhos*¹ e se apresentam sob a forma de lapsos, falsa leitura, falsa audição, perda, certos erros, etc.; ainda podem ser detectados em alguns fenômenos psíquicos, como nos sonhos, nos sintomas neuróticos e nos chistes. Isso, de modo particular, mobilizou a atenção de Authier-Revuz, pois, também pelo respaldo da psicanálise, a autora pôde mostrar que, atrás da linearidade da emissão por uma única voz, faz-se ouvir uma pluralidade de vozes – a descontinuidade: o discurso sendo constitutivamente atravessado pelo discurso do O/outro. Esses tropeços assinalam a revelação de um desejo inconsciente, ao mesmo tempo em que são o atestado de um inconsciente estruturado como uma linguagem.

¹ Freud dedicou dois livros inteiros aos tropeços de linguagem: *A psicopatologia da vida cotidiana*, de 1901, e *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, de 1905.

O ponto nodal desse fenômeno, para Authier-Revuz (1982), é a constatação de que *sempre nas palavras outras palavras são ditas*, e é a própria estrutura material da língua que permite a escuta dessas ressonâncias – não-intencionais, saliente-se – que rompem a suposta homogeneidade do discurso. Dessa forma, a linguagem é duplicada em uma outra cena pela própria linguagem, e isso se deixa surpreender na linearidade, através de rupturas, choques e desvios. Assim, o discurso deixa de ser apenas explícito, e passa a ter o peso de um Outro, que ignoramos, ou recusamos, aquele cuja presença permanente emerge sob a forma de uma falha². Um dos exemplos clássicos de ato falho encontráveis em Freud (1993a) é o seguinte:

- (2) “Temos um tio que há vários meses esteve muito ofendido porque não o visitamos. Aproveitamos a oportunidade da mudança para uma casa nova e lhe fizemos a visita adiada por tanto tempo. Ele pareceu muito feliz em nos ver, e quando estávamos partindo ele disse com muita emoção: ‘de agora em diante espero ver vocês mais raramente ainda do que antes’.” (p. 115)

Algo do inconsciente se revela quando o ato falha. Freud demonstrou que esses desvios remetiam a uma mensagem que precisava ser decifrada – uma mensagem que evocava um desejo inconsciente recalcado pelo sujeito. Como argumenta Settineri (2000), para Authier-Revuz, todo discurso é polifônico, e o trabalho interpretativo de análise seria levar a “ouvir ao mesmo tempo as diferentes vozes” (p. 74). Entenda-se, aqui, por esta afirmação, *polifonia* com o mesmo sentido de *heterogeneidade*, uma pluralidade de vozes que se inscrevem na materialidade e na linearidade da cadeia falada. “Assim considerada, a língua é situada por Lacan como condição do inconsciente” (SETTINERI, 2000, p.5).

² Segundo Settineri (2000, p. 128), para Authier-Revuz, “a língua é o lugar da interpretação psicanalítica, não se tratando de passar de um sentido manifesto ao latente por comentários explicativos, mas através de um trabalho de escuta que é de corte, de pontuação, de colocação em eco, e que se efetua sobre a materialidade da cadeia falada”. A colocação em evidência do trabalho do inconsciente, como diz Authier-Revuz, já estaria presente em Freud, incidindo de igual maneira sobre a materialidade da língua, como nos casos dos chistes, dos lapsos, das homonímias que emergem da interpretação dos sonhos. Por trás da cena principal, da linguagem convencional, situa-se a outra cena, denunciada pela emergência do inconsciente, considerado presença permanente. Não se trataria de um outro discurso, mas do mesmo, tomado em seu avesso.

Atente-se para o fato de que a visão de polifonia, em Authier-Revuz, não é a mesma que em Bakhtin, nem pode ser tomada sempre como um efeito de sentido que se busca evidenciar, conforme se verifica em alguns trabalhos da Análise do Discurso francesa.

1.2 Heterogeneidades *constitutiva e mostrada*

O termo *heterogeneidade enunciativa* foi cunhado por Authier-Revuz (1990), dentro da Linguística da Enunciação. A autora subdividiu a heterogeneidade em dois tipos: o heterogêneo constitutivo da enunciação “está presente nela, em ação, de maneira permanente, mas não diretamente observável” (1990, p.179). Esse tipo de heterogeneidade se refere à presença do Outro diluída no discurso, e o heterogêneo manifesto, que está sobre o fio do discurso, “produz nele rupturas observáveis” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 174). Essa heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam um mecanismo de distanciamento entre o sujeito e aquilo que ele diz. A heterogeneidade mostrada corresponde a uma forma de negociação necessária do sujeito falante com aquela heterogeneidade constitutiva.

Para a autora, a heterogeneidade mostrada seria ainda marcada e não-marcada. Quando marcada, seria visível na materialidade linguística, como, por exemplo, no discurso direto, nas palavras entre aspas, no uso de itálico, na citação. Vejamos alguns exemplos desse tipo de heterogeneidade:

- (3) Não quero mais ver a sua “tromba” na minha frente.³
- (4) Pedro, além de bonito, tem uma *fashionable elegance*!
- (5) Ana, a mais invejosa da turma, disse: “Maria está muito gorda com esse vestido”.

A heterogeneidade mostrada não-marcada, por sua vez, não teria “visibilidade” no cotexto; estaria presente em ocorrências que contivessem, por exemplo, o discurso indireto livre, a intertextualidade, a ironia, o pastiche, a alusão. Conforme Authier-Revuz: “Observando a existência dessas formas marcadas, explícitas [...], deparo-me [...] com as sequências nas quais a presença do outro só é indicada

³ Os exemplos de 3 a 5 foram fabricados por nós para este fim.

/ reconhecida implicitamente, portanto aleatoriamente” (1982, p.20). Segundo Charaudeau & Maingueneau (2004, p.261):

A “heterogeneidade mostrada” corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso. Distinguem-se as formas não-marcadas dessa heterogeneidade e suas formas marcadas (ou explícitas). O coenunciador identifica as formas não marcadas (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche...) combinando em proporções variáveis a seleção de índices textuais ou paratextuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal. As formas marcadas, ao contrário, são assinaladas de maneira unívoca; pode tratar-se de discurso direto ou indireto, de aspas, mas também de glosas que indicam uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz (modalização autonímica).

Uma de nossas divergências com relação a esse posicionamento é que toda heterogeneidade mostrada é marcada, embora os indícios possam nem sempre ser os mesmos descritos pela autora. Marcas como as do discurso indireto livre, da ironia, da intertextualidade e da alusão não-intertextual, por exemplo, além daquelas dos atos falhos, estão inscritas no cotexto e se constroem no discurso, a partir do ato enunciativo. Afinal, se não houvesse marcas, como seríamos capazes de reconhecer todos esses casos? Trata-se, isto sim, de assinalações sutis, apenas indicadas, que requerem do coenunciador uma colaboração maior. Assim sendo, concebemos a intertextualidade, de fato, como um subcaso de heterogeneidade, mas sempre mostrada e marcada por diversificadas formas, que não somente as tipográficas nem as demais convencionalmente aceitas e associadas à função de explicitar o intertexto.

2 A intertextualidade

A concepção de intertextualidade que assumimos, aqui, se aproxima da maneira restritiva como Genette (1982) a caracterizou: ou pela relação de copresença entre dois ou mais textos, ou seja, pela inserção efetiva de um texto em outro; ou pela relação de derivação, isto é, pela imitação ou transformação de um texto em outro. A isso, acrescentaríamos: ou pela imitação/transformação de gêneros do discurso, ou de partes de um texto. Sem tal ampliação do escopo da intertextualidade estrita, incorremos numa incoerência, ou numa insuficiência de critérios definidores. Se nos limitarmos à ideia de que o intertexto se configura quando um texto remete a outros textos ou fragmentos de textos efetivamente produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação, conforme costumamos sustentar nos

estudos de Linguística de Texto, como admitiremos, por exemplo, que um caso como o seguinte seja intertextual?

(6) **Cegonha é coisa do passado**

– Pai, como é que eu nasci?

– Muito bem, tínhamos de ter essa conversa um dia... O que aconteceu foi o seguinte: eu e sua mãe nos conhecemos e nos encontramos num *chat* desses da WEB, que existem para conversar. O papai marcou uma INTERFACE com a mamãe num CYBERCAFE e acabamos PLUGADOS no meu banheiro. A seguir, a mamãe fez uns DOWNLOADS no JOYSTICK do papai e, quando estava tudo pronto para a TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVO, descobrimos que não havia qualquer tipo de FIREWALL conosco. Como era tarde demais para dar o ESC, papai acabou fazendo o UPLOAD de qualquer jeito com a mamãe e, nove meses depois... apareceu você: o VÍRUS!!! (Disponível em <http://www.macacumor.com/2008/06/cegonha-coisa-do-passado.html>)

Esta questão suscita outras muito mais profundas, porque põe em xeque a própria noção de texto e o pressuposto de que a todo texto pode ser atribuído um “autor”. Podemos afirmar, sem sobressaltos, que está atravessado no discurso humorístico o discurso do internetês, o que nos permite falar, com evidências, de relações interdiscursivas. Porém, nem tudo que é interdiscursivo – e tudo o é! – é, necessariamente, intertextual no sentido estrito.

Também podemos reconhecer que a intertextualidade por *referência* articula inúmeras anáforas indiretas atinentes ao contexto do ambiente virtual. Mas a que texto(s), precisamente, remetem tais intertextualidades por copresença? Ainda que se alegasse que se trata de alusões, não de *referências*, permaneceria a pergunta: a que texto se alude? Podemos falar de intertextualidade mesmo quando não podemos afirmar, com exatidão, a que texto o outro texto se reporta?

Por outro lado, somos capazes de identificar a transformação de um gênero muito recorrente em nossas relações familiares, nas práticas discursivas entre pais e filhos quando se faz necessário esclarecer para os garotos alguns tópicos sobre sexo e nascimento. Vemos, então, uma espécie de paródia desse tipo de conversa informal face a face, com temática peculiar, mas não saberíamos dizer, com segurança, que textos estão sendo retomados neste exemplo. Deste modo, pensamos ser

possível justificar um tipo de intertexto que se constrói pela relação entre aspectos superestruturais e macroestruturais (temáticos) de alguns gêneros do discurso.

2.1 As intertextualidades por copresença e os processos referenciais

O que reúne a copresença e a derivação é, claramente, um parâmetro formal, ainda que, a partir desse condicionamento estrutural, possa ser feita uma análise funcional eficaz. Para descrever os subtipos de copresença, Genette (1982) se pauta por uma oposição de explicitude e implicitude.

Os casos de intertextualidade por copresença são, por esse viés, caracterizados a partir da forma mais explícita e mais literal, que é a *citação* (com aspas, com ou sem referência precisa), seguindo-se, numa espécie de escala, da forma um pouco menos explícita e menos literal, que é a *alusão* (quando se faz uma referência indireta a um texto); e seguindo-se, por último, da forma que o autor toma como “menos explícita e menos canônica”, que é o *plágio* (uma reprodução disfarçada e desonesta, porque não autorizada, do texto de outrem).

Além desses três subtipos de intertextualidade por copresença, Piègay-Gros (1996) propôs mais um, do qual tratamos no exemplo (6): a *referência*, que grafamos aqui em itálico para salientar que não equivale à definição de *referenciação* de que também estamos falando neste trabalho. Como relação de copresença, a *referência*, evidentemente, se utiliza de um processo referencial, mas o fenômeno só se apresenta como intertextual no momento em que o enunciador de um dado texto faz uma remissão direta a certa entidade constante em algum outro texto.

Com mais essa categoria de Piègay-Gros, passamos a considerar quatro casos de intertextualidade por copresença: *citação*, *referência*, *alusão* e *plágio*. Não nos dedicaremos ao plágio, mas não nos furtaremos de contra-argumentar a afirmação de que o plágio é “uma citação não-marcada”, como define Piègay-Gros. Trata-se de um furto, sem dúvida, de uma apropriação não autorizada do que pertence a outrem, mas não aceitamos que ela seja reconhecível se não existir algum tipo de marcação.

O que se poderia perguntar, como consequência de tal constatação, é se as expressões referenciais são importantes para a identificação de um plágio. Sim, mas não sozinhas, evidentemente: há um conjunto de outras expressões, referenciais

ou não, que vão colaborar para a identificação dessa reprodução desonesta. Por este motivo, temos questionado se o plágio deveria figurar entre as relações de copresença, já que, a nosso ver, ele deriva um novo texto, imitado em maior ou menor extensão.

2.1.1 A citação

De acordo com Piégay-Gros (1996), a citação deve ser considerada a forma mais legítima de intertextualidade, por ela tornar “visível” a inserção de um texto no outro. O questionamento que esta afirmação suscita em nós é por que é considerada “a forma mais emblemática”, se nem sempre o intertexto se dá pela inserção de um texto em outro. A resposta costuma escapar a essa constatação de que a intertextualidade vai além das inserções, e apela para uma explicação muito simples: há sempre uma indicação da inserção de um trecho de um texto em outro quando citamos algo. Como ratifica Authier-Revuz (1982), os códigos tipográficos – deslocamento da citação, emprego de caracteres em itálico ou aspas etc. – materializam essa heterogeneidade.

A citação estaria, dentro de uma escala, no “grau zero” de intertextualidade, pela evidência com que se mostra no texto, sem exigir do leitor uma perspicácia ou uma erudição particular. Para os autores, esta é a mais forte razão para considerá-la o caso mais tipicamente marcado de intertextualidade.

A maior função da citação é o que Perelman & Tyteca (1996)⁴ chamariam de “recurso de autoridade”: recorre-se a uma citação, em geral, quando se deseja não

⁴ Segundo Souza (2003, p.76), Perelman e Tyteca descrevem os argumentos baseados na estrutura do real de várias formas, como nas *ligações de sucessão* e nas *ligações de coexistência*. Nas ligações de coexistência, ao contrário das ligações de sucessão, busca-se “incluir interação ato/pessoa e estabelecer um vínculo entre realidades de nível desigual, em que uma dessas realidades apresenta um caráter fundamental, mais explicativo do que a outra. Realidades essas que estão ligadas às próprias pessoas e a seus atos. É nessa perspectiva que devemos ver o argumento de prestígio, que faz com que uma pessoa provoque nas outras a propensão a imitá-los. Como defende Perelman (1993), nesse curso, ‘a influência da pessoa na maneira como seus atos são acolhidos exerce-se por intermédio do prestígio’ (p. 108). Entre os argumentos que pertencem às ligações de coexistência, **podemos citar o argumento de autoridade, para quem o prestígio de uma pessoa ou de um grupo de pessoas é utilizado para fazer admitir uma Tese**” (grifos nossos).

somente ratificar um ponto de vista em desenvolvimento, como também, ou talvez mais ainda, quando se tenciona usar a técnica argumentativa de respaldar o que se diz por meio da fala de um enunciador com credibilidade suficiente no meio em que transcorre a enunciação; trata-se do argumento de prestígio.

Assim, a citação se prestaria ou a corroborar o mesmo posicionamento, num processo de *captação* (ver CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004), reforçando o efeito de verdade; ou a contraditá-lo, gerando um efeito de *subversão*.

É muito frequente ocorrer mais de um processo intertextual simultaneamente. Por exemplo, um slogan utilizado, um tempo, pela antiga empresa área Vasp dizia:

(7) “A melhor distância entre dois pontos”.

O slogan subvertia a citação da sentença matemática: “A menor distância entre dois pontos é uma reta”, pois não captava o mesmo ponto de vista do texto-fonte, mas modificava-lhe o sentido para recriá-lo com fins publicitários. Vale chamar a atenção para o fato de que não há nenhuma indicação da fonte da citação, de maneira que fica ao encargo do leitor recuperar o intertexto na memória compartilhada de sua cultura. Uma transformação mais flagrantemente parodística é a de um antigo slogan da rede de livrarias Siciliano:

(8) “Ler ou não ser”.

A citação da famosa frase shakespeariana “To be or not to be, that’s the question”, neste caso, como que cede lugar a outro processo intertextual, de derivação, que se interpõe: a paródia, ou o *détournement* (classificação mais comumente aplicada a ditos populares, bordões, frases feitas etc.), uma vez que origina, deriva um novo texto, por meio de uma reformulação. Além da paródia, identificamos a alusão à própria obra *A tragédia de Hamlet*, príncipe da Dinamarca, de William Shakespeare.

A escolha do texto citado nunca é ingênua; ele pode servir para ilustrar, para embelezar o texto final, assim como para outros objetivos, de forma que uma pesquisa sobre as variadas funções da citação seria muito interessante. Por ora, resta-nos a constatação de que o texto citado, integrado ao outro texto, e compondo com ele o intertexto, se ressignifica.

Se perguntarmos qual a interveniência dos processos referenciais no estabelecimento do intertexto em uma citação, observaremos que nenhuma, em especi-

al, porque os referentes estão espalhados nas citações e não são diretamente responsáveis por elas (o mesmo já não acontece com outras relações de copresença). Mas a orientação discursiva pode ser influenciada até mesmo pelo emprego de uma única expressão referencial.

2.1.2 A “referência” – uma menção direta

Entendemos que a maneira mais simples de conceber a intertextualidade por *referência*, postulada por Piègay-Gros (1996), é associá-la à menção de uma entidade, como a de um personagem, sem citar o texto-fonte. Segundo a autora, a referência é também uma forma explícita de intertextualidade. Mas, ao contrário da citação, ela não expõe o outro texto ao qual nos remete. Eis por que Piègay-Gros comenta que ela estabelece uma relação *in absentia*. Um exemplo desse fenômeno poderia apresentar-se no poema abaixo:

(9) Perguntas

Por que três reis magos
guiados por uma estrela
vão até o lugar
onde está esse menino
que supõem divino?
E os pastores, por que
deixam nas cabanas
seus filhos pequeninos
para juntar-se aos magos
e cantar hosanas?

Será que esse menino
já não tem o que precisa?
Um berço de palha,
vaca, burro, mãe
e seu próprio destino?
– Uma cruz de madeira,
uma esponja de fel,
três cravos, cinco chagas
e mais uma mortalha
como qualquer mortal?

Mas serão cruz, fel e cravos
a palavra final?
Então por que estrela,
magos e pastores
em sempre outro Natal?

(PAES, José Paulo. *Socráticas*: poemas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 67-68.).

Creemos que a intertextualidade por “referência” possa corresponder a situações de introdução referencial, como a dos personagens bíblicos dos três Reis Magos (Melquior, Baltasar e Gaspar), e de anáfora indireta, como as muitas que, neste texto, se associam à cena da visitação dos Magos ao Menino Jesus, que acabara de nascer. Faz-se “referência” a esses personagens e a outras entidades que compunham o cenário: “um berço de palha, vaca, burro, mãe”, mas, ao mesmo tempo, opera-se uma alusão à narrativa original (bem como às inúmeras versões que dela se fizeram). Outras alusões ainda são evocadas a partir de *referências*, por anáforas indiretas engatilhadas por “seu próprio destino”, ao cenário da crucificação e da morte de Jesus: “uma cruz de madeira, uma esponja de fel, três cravos, cinco chagas e mais uma mortalha”. *Referência e alusão* são, pois, estreitamente ligados.

2.1.3 A alusão – uma referência indireta

Aludir é realizar uma espécie de referenciação indireta, ao contrário do processo intertextual da *referência*, em que se remete diretamente a uma entidade. De acordo com Piègay-Gros (1996), a alusão se constrói pelo apelo a algo que se espera familiar para os interlocutores: apela-se para a memória do coenunciador.

Segundo Ciulla e Silva (2008), uma das funções discursivas dos processos referenciais é “promover um convite para uma ativação da memória”. Essa função costuma estar relacionada a processos de dêixis de memória, principalmente quando se faz uso do demonstrativo de terceira pessoa. Diremos que essa função também se associa a introduções referenciais e a anáforas indiretas quando elas assinalarem uma intertextualidade por alusão, como é o caso das ocorrências do exemplo (9) acima.

Nem toda alusão, no entanto, é intertextual: pode-se falar de alusão em relações apenas interdiscursivas. A *alusão interdiscursiva* é uma remissão à pala-

vra do exterior discursivo, através de jogos de palavras, implicações, disfarces etc. A alusão estabelece, portanto, uma espécie de cumplicidade com o coenunciador.

Como interpretar, por exemplo, a intertextualidade estilística abaixo (ver KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007):

- (10) “Amor é como capim: você planta e ele cresce. Aí vem uma vaca e acaba com tudo.” (autor desconhecido).

Não se trata, aqui, de uma intertextualidade por citação, nem por referência, nem por alusão, muito menos por plágio. Só podemos falar, nesta situação, em alusão interdiscursiva a um discurso machista que se entrecruza com o discurso humorístico. Mas, por outro lado, podemos classificar esse “ditado” como uma intertextualidade por derivação. Não se dá, nesta ocorrência, a transformação peculiar às paródias, mas a imitação, porém não a de um texto ou do estilo de um dado autor, mas a imitação da superestrutura de um gênero: o provérbio. Eis por que argumentamos, no início deste trabalho, ser necessário alargar a definição de intertextualidade, de modo a abrigar, dentre outros, certos casos de intergenericidade, por exemplo.

Um dos tipos de intertextualidade estilística é aquele que Marcuschi (2002) denominou de *intertextualidade intergenérica*, quando um gênero assume a forma de um outro, mas alterando o propósito comunicativo do gênero-fonte. Em (10), temos um pseudo-provérbio, com finalidades humorísticas – uma prática discursiva extremamente comum, hoje em dia, nos ambientes virtuais.

Considerações finais

Temos sugerido, em nossos estudos dentro da Linguística de Texto, trabalhar com uma noção estrita de intertextualidade, aquela que deve ser considerada quando se (re)constrói um intertexto, isto é, ou quando um fragmento de texto está inserido em outro, anteriormente produzido, que faz parte de uma memória social de uma coletividade ou de uma memória discursiva dos interlocutores; ou quando há a transformação ou a imitação de um texto, de um estilo ou de um gênero.

A intertextualidade é, assim, uma das espécies de heterogeneidade enunciativa, em que vozes, sempre marcadas, de diferentes textos, estilos ou gêneros discursivos se conjunham. E, sob essa restrição conceitual, diversos outros processos de heterogeneidade se situam fora da abrangência do que concebemos como intertexto.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: des éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV*. Paris: Université de Paris VIII – Vincennes, 1982, n. 26.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução Celene M. Cruz; João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos em Linguística*. Campinas, n. 19, jul./dez. 1990.

_____. *Entre a transparência e a opacidade* – um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRITO, M. A. P. *Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica* – heterogeneidades enunciativas e construção da referência. Tese (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CIULLA E SILVA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas* – o universo literário dos contos. Tese (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. [1992]

FREUD, S. Psicopatologia da vida cotidiana, v. 6. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993a.

_____. Os chistes e sua relação com o inconsciente, v. 8. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993b.

GENETTE, G. *Palimpsestes* – la littérature au second degré. Paris: Seuil, 1982.

KOCH, I. G. V; BENTES, A. C; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade* – diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

PERELMAN, C; TYTECA, L O. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIÈGAY-GROS, N. *Introduction à l'intertextualité*. Paris: Dunod, 1996.

SETTINERI, F. A interpretação: entre a Linguística e a Psicanálise. De um ao outro século: a Psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. n. 18, Porto Alegre, Editora Psicanalítica, junho/2000.

SOUZA, G. S. *O nordeste na mídia: um (des)encontro de sentidos*. Tese (Doutorado em Letras). Araraquara-SP: Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2003.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Abstract: *It is presumed in this research a strictu sensu notion of intertextuality, which, according to Koch, Bentes & Cavalcante (2007), it is identifiable and restricted by intertext traits. However, what is perceived as intertext exceeds lexical-semantic and syntactic attributes, due to considering criterions connected to the genre to superstructural and stylistic traits. Furthermore, formal criterions present, to us, a functional correlation, which, in last resort, is what motivates the appeal to intertextuality. We focus, here, on the strict intertextuality and enunciative heterogeneity phenomena (AUTHIER-REVUZ, 1990; 2004), to which referential processes are intimately related, which many times collaborate to the effectivity of heterogeneities, and among them, intertextualities.*

Keywords: *Intertextuality; enunciative heterogeneity; interdiscursivity; referenciation.*